

## Tema 6

### O ENSINO DAS CIÊNCIAS MÉDICAS E BIOMÉDICAS NO INSTITUTO DE HIGIENE E MEDICINA TROPICAL – A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-PEDAGÓGICO

MIGUEL VIVEIROS

Unidade de Microbiologia Médica, Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT), Universidade Nova de Lisboa (UNL). Rua da Junqueira, 100, 1349-008 Lisboa, Portugal. *E-mail:* [mviveiros@ihmt.unl.pt](mailto:mviveiros@ihmt.unl.pt).

Com o nome original de “Escola de Medicina Tropical”, foi fundada, em 24 de abril de 1902, por ordem de Sua Majestade El Rei D. Carlos I, o Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT). Esteve inicialmente sob a tutela do Ministério da Marinha, tendo, após o fim da monarquia, passado para a tutela do Ministério das Colónias até ao fim do Estado Novo (designado “Ministério do Ultramar” após 1951). Finalmente, após o 25 de abril de 1974, passou para a tutela do Ministério da Saúde, até que, em 1980, este instituto de ensino e investigação foi integrado na, então jovem, Universidade Nova de Lisboa (UNL). Dado o reconhecimento do papel relevante em domínios como a cooperação científica e cultural com os países tropicais de expressão portuguesa, onde, ao longo de décadas, muitos profissionais de saúde destes países aqui obtiveram formação, ganhando competências que lhes permitiram enfrentar, com maior segurança, a sua atividade profissional, a integração do IHMT na UNL foi um ato natural, tornando-se o mais antigo de todos os institutos e faculdades que a constituem.

A UNL foi criada em 11 de agosto de 1973, sendo a mais nova das três universidades públicas de Lisboa (no futuro, duas, dada a projetada fusão da Universidade Técnica com a Universidade Clássica, dando origem à denominada “Universidade de Lisboa”). A criação da UNL foi consequência da necessidade de melhoria das qualificações técnicas e científicas em Portugal, de um modo geral, e na região de Lisboa, em particular, em resposta à exigência de aquisição de competências em novas áreas científicas e tecnológicas associadas à implementação do III Plano de Fomento da Indústria e Tecnologia Nacional. Sendo um plano quinquenal previsto para ser executado entre 1968 e 1973, com o objetivo de internacionalizar a economia portuguesa e desenvolver a indústria privada como setor dominante da economia nacional, bem como de fomentar o crescimento do setor terciário e de criar condições para incremento do tecido urbano, tornou-se essencial investir na formação de

quadros superiores tecnicamente qualificados nas áreas da tecnologia, ciências sociais e humanas e as ciências médicas. Estes objetivos foram consubstanciados num ambicioso projeto de modernização e de pré-democratização do ensino em Portugal, que englobava todos os níveis de ensino, o “Projecto do Sistema Escolar e as Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior”, que deu origem à “Lei de reforma do sistema educativo” (Lei 5/73 de 25 de julho), também conhecida como “Reforma Veiga Simão”, em homenagem ao seu maior promotor, e, à data, Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor José Veiga Simão (Stoer, 1983). Integrada nesta política nacional de expansão, modernização e diversificação do ensino superior, a UNL adotou, desde a sua criação, um modelo estrutural interdisciplinar, associado às ciências naturais e tecnologias, às ciências sociais e humanas e às ciências médicas.

Do anteriormente exposto, decorre naturalmente que o IHMT, com uma experiência de ensino e investigação centenária, centrada nas ciências médicas e biomédicas associadas a patologias que predominavam nos países tropicais, recolhia todas as condições para se integrar na UNL. Tendo uma oferta formativa dirigida às áreas das ciências biomédicas, em particular à Microbiologia e Parasitologia Médicas, Medicina Tropical e Saúde Internacional, visando a formação pós-graduada para o ensino, investigação, prestação de serviços à comunidade (clínicos-laboratoriais e de saúde pública) e cooperação para o desenvolvimento, procurou sempre contribuir para a resolução de problemas de saúde global, em geral, e das regiões tropicais, em particular. Dentro destes princípios, procurou privilegiar a cooperação e a divulgação do conhecimento científico em saúde junto dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cumprindo os princípios e objetivos da Declaração de Bolonha e do processo do mesmo nome que se lhe seguiu e que procurou uniformizar e dinamizar o ensino superior na Europa (Bologna Declaration, 1999).

O chamado “Processo de Bolonha” teve origem na Declaração da Sorbonne de 1998 (Sorbonne, 1998), a que se sucedeu a Declaração de Bolonha, de julho de 1999 (Bologna Declaration, 1999), subscrita por 29 países, a qual foi aprofundada e operacionalizada pela Conferência de Praga, de maio de 2002, que culminou na Reunião de Berlim, dos ministros responsáveis pelo ensino superior de 33 países europeus, em 2003 (Berlim Communiqué, 2003).

Com este processo, pretendeu impulsionar-se o estabelecimento de uma Plataforma Comum Europeia do Ensino Superior, até 2010, através de iniciativas visando melhoria da qualidade das formações ministradas, uniformização da estrutura dos graus e da duração dos ciclos de formação, estabelecimento de um sistema europeu de créditos (*ECTS*) e fomento da mobilidade dos estudantes. Procurou-se, igualmente, a simplificação do reconhecimento de graus através de um sistema legível e comparável de currículos mínimos e do suplemento ao diploma com a promoção de programas de doutoramento (3º Ciclo) que fossem atraentes para jovens investigadores e criativos. Procurou-se, igualmente, não esquecer a formação ao longo da vida garantindo, por mecanismo de certificação de competências, o reconhecimento académico de fazeres e saberes adquiridos na experiência do exercício profissional. Finalmente, procurou garantir-se uma dimensão europeia do ensino superior de reconhecida qualidade e competitividade, capaz de atrair estudantes de outros continentes (Amaral, 2005).

Assim, o Processo de Bolonha não foi uma mera adaptação formal dos cursos existentes e da respetiva organização curricular, mas envolveu uma profunda alteração de paradigmas, modelos e metodologias, centrando-se o novo paradigma no aluno e na descrição dos ciclos de estudo em termos de competências científicas e profissionais adquiridas pelos diplomados que os concluem. Procurou-se a criação de sinergias conducentes à consolidação da “sociedade do conhecimento”, alicerçada numa convergência do ensino superior e da investigação científica europeia orientada para a inovação e para o desenvolvimento na preservação da diversidade e da liberdade de escolha e pensamento. Foi imbuído deste espírito que o IHMT transitou e adequou os seus ciclos de estudo ao processo e Declaração de Bolonha, processo esse que foi iniciado em 2005 e terminado em 2011.

Atualmente, o IHMT oferece 6 ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre (2º ciclo – Parasitologia Médica, Ciências Biomédicas, Saúde

Tropical, Saúde e Desenvolvimento, Epidemiologia e Microbiologia Médica, este último em conjunto com outras três unidades orgânicas da UNL) e quatro ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor (3º ciclo – Ciências Biomédicas, Medicina Tropical, Saúde Internacional e Genética Humana e Infeção, em parceria com a Faculdade de Ciências Médicas). Integram ainda a oferta pedagógica do IHMT, de forma regular, vários cursos de curta duração e não conferentes de grau de apoio ao desenvolvimento, sobretudo na formação avançada de recursos humanos para a saúde e em instrumentos e metodologias básicas de análise biomédica. Procura-se, hoje, usar o nosso maior instrumento de ensino e aprendizagem, a língua portuguesa, para expandir a nossa oferta pedagógica muito para além do espaço europeu, afirmando-a num mundo global, multicultural e em constante mudança, fazendo pontes entre a Europa e o resto do mundo lusófono. Com o recurso a novas tecnologias de informação e comunicação, procuramos, hoje, transmitir conhecimento real de forma virtual, atravessando oceanos e continentes, de forma a chegar, de forma quase instantânea, a quem de nós necessita para melhorar a sua aprendizagem ou saber um pouco mais sobre o nosso trabalho.

Assim, o IHMT/UNL soube transpor e conciliar o saber adquirido ao longo de mais de um século de trabalho de formação de recursos humanos na área da saúde com novas formas de relacionamento com a CPLP, com a União Europeia e com o mundo globalizado. Se, anteriormente, a filosofia do ensino no IHMT/UNL centrava-se sobretudo na preparação do profissional de saúde para o combate e prevenção das endemias nos países tropicais e subtropicais, essa filosofia expandiu-se, hoje, para um contexto global. A essência deste ensino assenta, agora, na capacitação do estudante com novas aptidões para lidar com os problemas das enfermidades de origem microbiana, em Portugal, na Europa e em qualquer outro ponto do globo. O reconhecimento nacional e internacional da sua excelência no ensino e investigação em doenças ditas “exóticas” e “tropicais” permitiu-lhe manter e honrar o seu lema “*Sanitatem quaerens in trópicos*” (“procuramos a saúde nos trópicos”) (Abranches, 2004).

Esta busca continua hoje atual no espírito pedagógico que norteia o ensino do IHMT, onde se procura investigar em saúde para ensinar o que investigamos de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da saúde das populações. São exemplo deste espírito o que a memória desta instituição nos transmite nas secções seguintes

onde se reportam e sumariam anos de experiência no ensino das ciências biomédicas, da medicina tropical e da saúde pública. Nestas secções, claramente corporiza-se o pensamento do pedagogo brasileiro Paulo Freire quando nos ensina que “Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”, uma curiosidade e uma demanda pelo saber para ensinar que trespassa a história de 110 anos de ensino e investigação no IHMT.

#### BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, P. (2004) - *O Instituto de Higiene e Medicina Tropical: um século de história: 1902-2002*. Edição Centro Editorial e Livreiro da Ordem dos Médicos, Lisboa, 66 pgs.

AMARAL, A. (2005) – “Bolonha, o ensino superior e a competitividade económica”. Em: SERRALHEIRO, J. (Org.), *O Processo de Bolonha e a formação dos educadores e professores portugueses*. Edição Profedições, Porto (272 pgs).

BERLIM COMMUNIQUÉ (2003) – “Realising the European Higher Education Area”. Comunicado da Conferência de Ministros Europeus responsáveis pelo Ensino Superior. Berlim, 19 de setembro.

BOLOGNA DECLARATION (1999) – The Bologna Declaration on the European space for higher education: an explanation”. [online]. <http://ec.europa.eu/education/policies/educ/bologna/bologna.pdf>. Acedido em 16 fev 2013.

SORBONNE (1998) – “Déclaration conjointe sur l’harmonisation de l’architecture du système européen de l’enseignement supérieur, par le quatre ministres en charge de l’enseignement supérieur en Allemagne, en France, en Italie et au Royaume Uni”. Sorbonne, Paris, 25 de maio.

STOER, S. R. (1983) – “A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»?”. *Anal Social*, XIX (77-78-79), 3º, 4º e 5º: 793-822.